



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025

DISPENSA N.º 49/2024

PROCESSO N.º 204/2024

CONTRATADA: FUNDAÇÃO ESPÍRITA JUDAS ISCARIOTES

CNPJ N.º 47.985.189/0001-82

CONTRATO N.º 118/2025

DATA ASSINATURA: 23 DE JUNHO DE 2025.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 26.500,00#

VIGÊNCIA: 23/06/2025 A 21/11/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA INTERNAÇÃO DE PESSOA COM AVCI.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025, QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE
GUAIRA/SP E A EMPRESA **FUNDAÇÃO ESPÍRITA
JUDAS ISCARIOTES**.

O MUNICÍPIO DE GUAÍRA, com sede na Avenida Gabriel Garcia Leal, n.º 676, Bairro Maracá, na cidade de Guaíra/SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 48.344.014/0001-59, neste ato representada por seu Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **ANTONIO MANOEL DA SILVA JUNIOR**, Matricula Funcional n.º 4345, o qual através do Decreto n.º 7394 de 10 de fevereiro de 2025, publicada no DOM de 10 de fevereiro de 2025, veio a nomear o responsável pela assinatura deste CONTRATO, a Diretora de Assistência, Des. E Inclusão Social, Sra. **APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS**, portadora da Matricula Funcional n.º 1515, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, **FUNDAÇÃO ESPÍRITA JUDAS ISCARIOTES**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 47.985.189/0001-82, sediado(a) na RUA OFÉLIA SOARES RUSSO, N.º 994, JARDIM PLANALTO, FRANCA/SP, CEP 14.409-090, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por **CLOVES PLÁCIDO BARBOSA**, RG [REDACTED] SSP/SP e CPF [REDACTED] conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º 204/2024 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do DISPENSA n.º 49/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA

1.1 O presente Contrato Administrativo é regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, bem como pelas demais legislações de Direito Administrativo e outras aplicáveis à espécie, fazendo, ainda, parte integrante e inseparável deste instrumento contratual, o **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 204/2024**, sendo que esta contratação é fundamentada no artigo 75, inciso VIII, Lei 14.133/21.



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O objeto desta dispensa de licitação consiste na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM INTEGRAL** e destina-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos em caráter permanente ou temporário, **CONFORME PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE NATUREZA INDIVIDUAL PANI N.º 0272.0001029/2024** – Direitos Humanos/Pessoa com Deficiência.

2.2 A prestação do serviço se dará para a pessoa:

NOME: NILTON CÉSAR RIBEIRO

DATA DE NASCIMENTO: 08/07/1971

CPF: ... 259.758.198-57

2.3 Para a consecução do objeto contratual, serão ofertados os seguintes serviços e hospedagem pela CONTRATADA nos seguintes termos:

2.3.1 Acomodação em quarto coletivo, que contará com instalações sanitárias próprias, conforme opção do(a) CONTRATANTE e disponibilidade da CONTRATADA;

2.3.2 Disponibilização de ambiente acolhedor e estruturado, com sala coletiva de TV; sala de atendimento multidisciplinar; sala de atendimento de enfermagem; sala de atividades, recreação e lazer e refeitório. Além disso a CONTRATADA conta com amplo espaço externo para convivência;

2.3.3 Fornecimento de, no mínimo, 6 (seis) refeições diárias, conforme cardápio devidamente elaborado por nutricionista;

2.3.4 Alimentação especial quando houver prescrição médica;

2.3.5 Serviço de limpeza diária nos quartos, banheiros e ambientes comuns da CONTRATADA, de acordo com as normas sanitárias;

2.3.6 Serviços de lavanderia e rouparia;

2.3.7 Atividades internas coordenadas por profissionais devidamente capacitados, de caráter educacional, esportivo, cultural, religioso e de lazer, visando a preservação da saúde física e mental e do aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social.

2.3.8 Amplo espaço para o desenvolvimento de Fisioterapia Clínica e Aquática (hidroterapia e hidroginástica);

2.3.9 Atendimentos de Fisioterapia, Hidroterapia/Hidroginástica, Nutrição, Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Enfermagem e Medicina;

2.3.10 Fornecimento de fraldas descartáveis, material para procedimentos e curativos, sondas e similares (nas hipóteses em que o acolhido apresente alguma reação alérgica em relação à fralda ou demais itens fornecidos pela CONTRATADA, necessitando, portanto, do uso de insumo especial, a aquisição deste será de sua inteira responsabilidade);

2.3.11 Fornecimento de medicação da rede pública de saúde (em caso de medicação particular a responsabilidade pela aquisição será inteiramente do(a) CONTRATANTE ou acolhido);

2.3.12 Fornecimento de produtos de higiene particular, roupas de cama e banho (caso o acolhido tenha preferências por produtos de higiene específicos de determinadas marcas ou necessite de produtos especiais em decorrência de algum tipo de reação alérgica ou qualquer outra questão de saúde, caberá exclusivamente a este(a) adquiri-los);

2.3.13 Serviços de urgência e emergência (ambulância) dentro do município de Franca/SP;

2.3.14 Assistência à saúde, nos limites do SUS;

2.3.15 Os serviços ofertados seguirão, por padrão, os direitos estabelecidos no Estatuto Idoso, mesmo atendendo outras faixas etárias;



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

- 2.3.16 Aquisição de Cigarro, tabaco e congêneres;
- 2.3.17 Serviço de beleza de higiene básica, como cortes de unha e cabelo e tinturas, ficando sob responsabilidade do acolhido a aquisição da tinta ou quaisquer outros produtos capilares, cremes e similares.
- 2.4 Não estão incluídos no objeto deste Contrato os seguintes serviços:
- 2.4.1 Disponibilização de profissionais para serviços externos, como consultas médicas, acompanhamento hospitalar, dentre outros similares;
 - 2.4.2 Pagamento de exames e consultas particulares;
 - 2.4.3 Aquisição de tecnologia assistiva de qualquer tipo, em especial, mas não apenas: óculos, aparelho auditivo, cadeiras de roda, andadores, órteses e próteses;
 - 2.4.4 Disponibilização de serviços de beleza que extrapolam a higiene básica;
 - 2.4.5 Atividades externas como passeios;
 - 2.4.6 Plano funerário.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATO

- 3.1 O presente Contrato terá a validade por 5 (cinco) meses a partir da assinatura deste em caráter temporário.
- 3.1.1 Vigência: 23/06/2025 a 21/11/2025.
- 3.2 A vigência do presente contrato poderá ser revogada a qualquer momento independente de notificação judicial ou extrajudicial a critério do contratante. No entanto, o CONTRATANTE deverá, mediante ofício, formalizar a intenção de rescisão contratual com antecedência mínima de 15 (dias) e deverá adimplir as notas fiscais devidamente emitidas e encaminhadas pela CONTRATADA.
- 3.3 Acréscimos, supressões ou modificações do Contrato, bem como a prorrogação de prazo, poderão ser requisitados pelo MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP através de aditivo, respeitadas as disposições previstas no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

GESTOR DO CONTRATO:

NOME: JENIFER EMANUELA FLORÊNCIO DIB
FUNÇÃO: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
MATRÍCULA FUNCIONAL N.º 4429
E-MAIL: dadis@guaira.sp.gov.br
TELEFONE: (17) 3331-8466

4. CLÁUSULA QUARTA - LOCAL DO ACOLHIMENTO

- 4.1 A pessoa adulta ou idosa será acolhida no **Espaço Renascer**, administrado pela Fundação Espírita “Judas Iscariotes” em Franca/SP, cito a Rua Ofélia Soares Russo, n.º 994, Jardim Planalto – CEP: 14.409-090.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 Atender as necessidades básicas da pessoa adulta e idosa assegurando sua proteção e qualidade de vida.
- 5.2 Observar, os direitos e garantias do(a) CONTRATANTE, especialmente a liberdade de ir e vir da que é capaz, sempre mediante termo de responsabilidade ou documento equivalente, respeitando os horários e regulamentos da CONTRATADA;
- 5.3 Manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos atendidos, bem como provê-los de alimentação regular, e higiene, de acordo com as normas sanitárias vigentes e aplicáveis;



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

- 5.4 Ofertar, de forma adequada, todos os serviços descritos na Cláusula 2ª deste contrato de prestação de serviços.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATACÃO

- 6.1 Não é permitida a subcontratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP

- 7.1 Cumprir fielmente as disposições do Contrato;
- 7.2 Exercer a fiscalização por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/21;
- 7.3 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;
- 7.4 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;
- 7.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.7 Zelar para que durante toda a vigência do Contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.
- 7.8 Indicar à CONTRATADA, todos os dados cadastrais e telefones de contatos de familiares e/ou amigos da pessoa acolhida, bem como manter o cadastro atualizado.
- 7.9 Indicar à CONTRATADA a relação de medicamentos controlados ou não, que faça uso o acolhido, apresentando as respectivas prescrições médicas, bem como, informações pessoais relevantes, como tipo sanguíneo, existência de alergias, etc. A CONTRATADA não se responsabilizará, em quaisquer circunstâncias, por ocorrências cuja ausência de informações prévias possam vir a causar qualquer sorte de prejuízo para o acolhido.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO

- 8.1 Como contraprestação pelo serviço prestado, objeto do presente contrato, os quais se encontram descritos acima, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA O VALOR MENSAL de R\$ 5.300,00**, sendo que será observado como **PRAZO PARA PAGAMENTO**, contados da data do acolhimento, a qual deverá ser acompanhada da apresentação da competente Nota Fiscal.
- 8.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratados.
- 8.2 Fica estabelecido que, nos procedimentos em geral que utilizem medicamentos particulares ou exijam custos operacionais, será acrescido aos honorários o valor dos medicamentos, que deverão ser reembolsados mediante comprovação das despesas.
- 8.3 A CONTRATADA se compromete a enviar a nota fiscal mensal compreendendo os honorários contratados, acrescidos das despesas com medicamentos particulares de maneira excepcional e demais custos operacionais quando necessários, conforme necessidade específica do acolhido – gastos excepcionais e necessários com saúde que não forem possíveis de serem cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras eventuais necessidades não previstas no serviço contratado. A CONTRATADA se compromete a contatar a CONTRATANTE para solicitar autorização de gastos extras, exceto quando se tratarem de situações emergenciais. Ressalta-se que todos esses itens serão



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

discriminados e acompanhados da respectiva comprovação do gasto.

- 8.4 Fica estabelecido que as remoções do morador de TANABI/SP para FRANCA/SP ou para qualquer outra cidade que se fizerem necessárias serão informadas pela CONTRATADA e providenciadas pelo CONTRATANTE. Caso haja necessidade de remoção imediata, por questões de urgência e emergência, e o serviço de saúde pública não puder realizar a remoção necessária, a CONTRATADA poderá contratar um serviço de remoção especializada e os custos deste serviço serão suportados pelo CONTRATANTE.
- 8.5 Em caso de falecimento da pessoa acolhida, o(a) gestor(a) do respectivo contrato será comunicado(a), via e-mail ou telefone, para que providencie a remoção, deslocamento, velório e/ou sepultamento do falecido, bem como a comunicação aos familiares do falecido(a).
- 8.6 Caso o CONTRATANTE decida que a pessoa falecida seja sepultada em Franca/SP, o CONTRATANTE ficará responsável por todas as providências elencadas na cláusula acima mencionada. Havendo a tentativa de comunicação com o(a) gestor(a) do contrato e este não responda em 24h (vinte e quatro horas), a CONTRATADA fica autorizada em realizar os procedimentos mencionados e, havendo despesas devidamente justificadas, estas serão enviadas mediante nota fiscal para que o CONTRATANTE faça o imediato resarcimento.

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

- 9.1 O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que não fira a ordem cronológica da Lei de Responsabilidade Fiscal, prorrogando-se por igual período.
- 9.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada.
 - 9.2.1 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
 - 9.2.2 É condição indispensável para a efetivação do pagamento, que a CONTRATADA apresente a CND - Certidão Negativa ou CPD-EN - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, bem como o CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, com prazo de validade vigente.
- 9.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 9.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.5 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante transferência em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 9.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.7 Caso haja atraso no pagamento das faturas superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial de seus débitos, poderá a CONTRATADA suspender o atendimento, até a regularização dos pagamentos pela CONTRATANTE, hipótese em que a CONTRATADA encaminhará ofício ao



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

CONTRATANTE para remover o morador para outro estabelecimento, público ou privado, de sua escolha, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária no valor de R\$300,00 (trezentos reais), caso a remoção não seja realizada no prazo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 10.1 Nos termos do Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21, o Fornecedor/Contratados ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, caso haja disponibilidade de vagas.
- 10.1.1 O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do Contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1 Cancelamento automático do Contrato:
- por decorso de prazo de vigência;
 - por inadimplência do CONTRATANTE, superior à 30 (trinta) dias;
 - por identificação pós acolhimento de ausência de perfil do acolhido para este Serviço no prazo de até 90 (noventa) dias;
 - Rescisão Amigável, quando de comum acordo entre as partes.
- 11.2 A CONTRATADA terá seu Contrato rescindido, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- a pedido, quando:
 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - O seu preço contratado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.
 - pela Administração, unilateralmente, quando:
 - Não aceitar reduzir o preço contratado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
 - Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado.
 - O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
 - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Contrato ou nos pedidos de compra dela decorrentes.
 - Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas no edital e neste Contrato;
 - Liquidão judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da Contratada;
 - Inobservância da boa técnica na execução dos fornecimentos;
 - Demais hipóteses previstas no Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 11.3 O CONTRATANTE deverá, mediante ofício, formalizar a intenção de rescisão contratual com antecedência mínima de 15 (dias) e deverá adimplir as notas fiscais devidamente emitidas e encaminhas pela **CONTRATADA**.



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Durante a vigência do Contrato, a fiscalização será exercida por **JENIFFER EMANUELA FLORÊNCIO**, servidor(a) nomeado pelo(a) Exmo(a). Sr. Prefeito(a), ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, inclusive para efeito de aplicação de penalidades e em atendimento ao disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, de tudo dando ciência ao município de GUAÍRA/SP.

13. 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da dispensa de licitação:

13.1.1. Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade;

13.1.2 Apresentar documentação falsa;

13.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos;

13.1.4 Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

13.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.6 Cometer fraude fiscal;

13.1.7 Fizer declaração falsa;

13.1.8 Ensejar o retardamento da execução.

13.1.9 A inexecução total ou parcial do Contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato.

13.1.10 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura, equivale à inexecução total do Contrato, sujeitando-a as penalidades acima estabelecidas.

13.2 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de GUAÍRA/SP, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.1 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato decorrente desta licitação:

13.3.1 tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do contrato;

13.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Prefeitura, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6 As multas serão recolhidas em favor do Município de GUAÍRA/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

13.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1 A CONTRATANTE poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE e comunicados mediante ofício para a CONTRATADA, sempre observando o contraditório e a ampla defesa, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA – DAS DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS

16.1 As despesas decorrentes deste contrato administrativo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, suplementadas se necessário:

011105 DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA

10.302.0021.2073.0000 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de GUAÍRA, Estado de SÃO PAULO, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento contratual, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ: 48.344.014/0001-59

Diretoria de
Compras

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

- 17.2 E por estarem de acordo, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Instrumento Contratual, bem como, a de observarem fielmente outras disposições regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vai assinado por ambas as partes e na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que produza o legal fim de direito.

GUAÍRA/SP, 23 DE JUNHO DE 2025.


APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS
DIRETORA DE ASSIST. DES. E INC.
SOCIAL
MATRÍCULA FUNCIONAL N.º 1515

FUNDAÇÃO ESPÍRITA JUDAS ISCARIOTES
CNPJ 47.985.189/0001-82





CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

**ANEXO PC-02
CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

ÓRGÃO OU ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP _____

NOME: APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS _____

CARGO: DIRETORA DE ASSIST. DES. E INC. SOCIAL _____

MATRÍCULA FUNCIONAL N.º 1515 _____

PERÍODO DE GESTÃO: 2025/2028 _____

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).



**APARECIDA FERREIRA DOS
SANTOS**
**DIRETORA DE ASSIST. DES. E INC.
SOCIAL**
MATRÍCULA FUNCIONAL N.º 1515



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

**ANEXO LC-01
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
Redação dada pela Resolução n.º 11/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUAIRA

CONTRATADO: FUNDAÇÃO ESPÍRITA JUDAS ISCARIOTES

CONTRATO N.º: 118/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA INTERNAÇÃO DE PESSOA COM AVCI.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s)
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

GUAÍRA/SP, 23 DE JUNHO DE 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO/ENTIDADE:

Nome: ANTONIO MANOEL DA SILVA JUNIOR

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

Matrícula Funcional n.º 4345





MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Paço Municipal "Messias Cândido Faleiros"
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ: 48.344.014/0001-59



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: ANTONIO MANOEL DA SILVA JUNIOR _____

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL _____

Matricula Funcional n.º 4345 _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE.

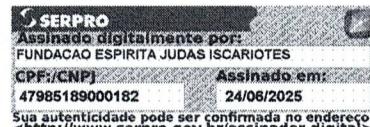
Pela CONTRATANTE:

NOME: APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS _____

Cargo: DIRETORA DE ASSIST. DES. E INC. SOCIAL _____

Matricula Funcional n.º 1515 _____

Assinatura:



Pela CONTRATADA:

Nome: CLOVES PLÁCIDO BARBOSA _____

Cargo: PRESIDENTE _____

CPF N.º

Assinatura: _____

ORDENADORES DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

NOME: APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS _____

Cargo: DIRETORA DE ASSIST. DES. E INC. SOCIAL _____

Matricula Funcional n.º 1515 _____

Assinatura:



MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Paço Municipal "Messias Cândido Faleiros"
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ: 48.344.014/0001-59

Diretoria de
Compras

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

NOME: CERVANTES DA SILVA GARCIA _____

Cargo: DIRETORA DE ASSIST. DES. E INC. SOCIAL _____

Matricula Funcional n.º 4473 _____

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Pela CONTRATANTE:

NOME: JENIFFER EMANUELA FLORENCIO _____

Cargo: CHEFE DO DEPTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL _____

Matricula Funcional n.º 4429 _____

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Pela CONTRATANTE:

NOME: SIDNEIA CRISTINA DA SILVA _____

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL _____

Matricula Funcional n.º 3879 _____

Assinatura: _____

(*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução n.º 11/2021).



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 – Processo n.º 204/2024 – Dispensa n.º 49/2024

**ANEXO LC-02
DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUAÍRA/SP _____

CNPJ: 48.344.014/0001-59 _____

CONTRATADO: FUNDAÇÃO ESPÍRITA JUDAS ISCARIOTES _____

CNPJ: 47.985.189/0001-82 _____

CONTRATO N.º: 118/2025 _____

DATA DE ASSINATURA: 23 DE JUNHO DE 2025 _____

VIGÊNCIA / VALIDADE: 5 (DEZ) MESES - (23/06/2025 a 21/11/2025) _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA INTERNAÇÃO DE PESSOA COM AVCI _____

VALOR, R\$ 26.500,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta reais) _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitado:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

GUAÍRA/SP, 23 DE JUNHO DE 2025.


APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS
DIRETORA DE ASSIST. DES. E INC.
SOCIAL
MATRÍCULA FUNCIONAL N.º 1515